

**Ministério da Cultura
Instituto Brasileiro de Museus
Museu Palácio Rio Negro**

Informações sobre o *MUSEU PALÁCIO RIO NEGRO**

***Estas informações fazem parte de estudo preliminar de plano museológico elaborado pelo Museu da República em 2011, que se encontra em processo de revisão.**

1 – CARACTERIZAÇÃO BÁSICA

Localizado na Avenida Koeler, nº 255, uma rua tradicional em Petrópolis, o Museu Palácio Rio Negro ocupa um complexo arquitetônico formado por um Palácio, um Palacete e um Chalé, além de diversas outras construções ao fundo.

A Avenida Koeler, inicialmente denominada D. Afonso, é um dos principais logradouros do plano urbanístico de Petrópolis de autoria do Major Júlio Frederico Köeler e o que se conserva mais íntegro em seus aspectos paisagístico e urbanístico. Tendo no eixo central o leito do Rio Quitandinha (afluente do Piabanha), a avenida tem início na antiga Praça de São Pedro de Alcântara, onde se localiza, atualmente, a Catedral, e termina na antiga Praça D. Afonso, ### da Liberdade, atualmente Rui Barbosa. O acervo arquitetônico da avenida compõe-se de exemplares que, na sua maioria, se conservam íntegros, mas que, construídos na segunda metade do século XIX, ou na passagem desse para o século XX, apresentam certa variedade de estilos, desde alguns que ainda se ligam a um neoclássico final, até outros, que se filiam à fase romântica dos chalés ou mesmo ao ecletismo.

O tombamento da Avenida Koeler, inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 8 de junho de 1964, sob o número de inscrição 034 e processo 0662-T-62, inclui a Avenida Sete de Setembro, a Avenida Tiradentes, a Avenida Ipiranga, a Catedral, a Rua São Pedro de Alcântara, a Rua Raul de Leoni, a Praça Visconde de Mauá, as duas casas contíguas ao prédio nº 376 da referida Avenida Koeler, e a Avenida Piabanha, do lado par desde a casa nº 93 até a nº 381. O tombamento inicial de 1964 foi estendido em 1980 e 1982.

O complexo arquitetônico conhecido como Palácio Rio Negro teve diversos usos ao longo de sua história: de residência do Barão do Rio Negro a residência de verão de presidentes da República, passando por sede do governo fluminense e de uma brigada Militar.

De 1992 a 2005, o Palácio Rio Negro esteve sob a administração da Prefeitura Municipal de Petrópolis. Em 22 de novembro de 2005 deu-se o início do processo de transição da administração do Palácio Rio Negro pelo Município de Petrópolis para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ficando o seu Departamento de Museus responsável pelo Palácio.

Em junho de 2007, por ter sido a residência de verão dos presidentes da República, e por questões de identidade histórica, o Palácio Rio Negro passou a ser administrado pelo Museu da República, passando a ser uma unidade museológica a ele vinculada. Ver o decreto.

O Palácio Rio Negro faz emergir uma memória esquecida da cidade de Petrópolis, que revela a sua estreita ligação com a República Brasileira. Essa relação é percebida em diversos eventos públicos e privados da vida dos presidentes da República, como o casamento do Presidente Marechal Hermes da Fonseca com Nair de Teffé, em 8 de dezembro de 1913, no Palácio Rio Negro. Vale dizer que a própria construção da imagem de Petrópolis como cidade imperial se dá no período republicano quando, em 1981, com o Decreto nº 85849, o Presidente João Figueiredo condenou as construções que descaracterizavam o Centro Histórico, deu prazo para que fosse elaborada uma legislação do uso do solo e atribuiu à cidade o título de “Cidade Imperial”. Acrescente-se ainda o fato de que o próprio Museu Imperial surge, no ano de 1943, a partir da presença do presidente Getúlio Vargas, hospedado no Palácio Rio Negro, quando então, numa de suas costumeiras caminhadas pela Avenida Koeler e adjacências, acede à sugestão de Alcindo Sodré para que o prédio do Colégio São Vicente se tornasse o atual Museu Imperial.

Confirma-se então Petrópolis como cenário de importantes eventos da República Brasileira. Trabalhar a memória dos presidentes no Palácio Rio Negro permitirá explorar com maior densidade esse espaço e aprofundar e diversificar as leituras sobre a história da cidade de Petrópolis, além de potencializar a sua voca o como cidade referência do turismo histórico e cultural.

Do Palácio Rio Negro usufruíram presidentes da República Velha, do Estado Novo, do regime militar até os dias atuais, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, atualizou o seu uso como residência oficial e, em 2008, o presidente Lula. Assim, nos seus salões e cômodos pode ser tecida uma longa cronologia da Presidência da República Brasileira.

Certamente alguns presidentes, com suas vivências, deixaram marcas mais profundas no Palácio Rio Negro, como Getúlio Vargas, que dirigiu o país por dezenove anos, e Juscelino Kubitschek.

O Rio Negro, como residência oficial de veraneio, está impregnado das vivências cotidianas dos presidentes e suas famílias. Em seus salões e aposentos, então será possível lançar luz sob alguns aspectos da história privada da presidência do Brasil. Acreditamos que a elabora o dessas memórias contribuir  para uma reelabora o da imagem dos presidentes, que

revele, não só o seu lado humano, estabelecendo assim um processo de referência e identificação com os cidadãos brasileiros, mas também os fatos relevantes e as decisões da República enquanto os presidentes da nação se encontravam no Palácio.

2 – HISTÓRICO DO MUSEU PALÁCIO RIO NEGRO

2.1 – Histórico do Palácio

A história do Palácio Rio Negro, tal qual o conhecemos hoje, começa com a compra do terreno onde ele está situado pelo Barão do Rio Negro, Manoel Gomes de Carvalho, em 1889. De acordo com a documentação encontrada na Companhia Imobiliária de Petrópolis, a transferência da posse do terreno foi efetuada em 27 de agosto de 1889, data em que o dito Barão adquiriu os prazos de terra de número 160 e 161.

Data deste mesmo ano a construção do palácio, de verão, pelo renomado engenheiro italiano – e sócio do Barão – Antonio Jannuzzi. De estilo eclético, o Palácio se insere no movimento arquitetônico predominante desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX em diferentes partes do mundo. O complexo do Palácio Rio Negro conta com três edificações principais, sendo elas o Palácio em si, o Palacete Raul de Carvalho e uma edícula nos fundos do terreno, onde, supostamente, ficavam as Cocheiras e onde, hoje, funciona o Museu da FEB.

O Palácio Rio Negro enquanto residência de verão do Barão de mesmo nome tem curta história, uma vez que seu proprietário mudou-se para Paris com sua família, em 1894. A partir deste ano, portanto, o Palácio ficou desocupado. Concomitantemente, ocorria na capital a Revolta da Armada, movimento que eclodira em 1893 e que, em decorrência do clima de instabilidade crescente, ocasionou a transferência da capital do Estado do Rio de Janeiro, de Niterói para Petrópolis. Desta forma, em 1896, o então presidente de Estado, Joaquim Maurício de Abreu, comprou o Palácio Rio Negro para nele instaurar a sede do governo executivo do Rio de Janeiro. A transferência dos prazos 160 e 161 (onde se encontra o Palácio) e 162 (onde se situa o Palacete) aconteceria em 11 de fevereiro de 1896.

Até 1903 permaneceu instalada no Palácio Rio Negro a sede do governo fluminense, tendo passado por ele, como governantes, os senhores Maurício de Abreu, Alberto Torres e Quintino Bocaiúva. Este último, no entanto, advogava em favor do retorno da capital para

Niterói e, em decorrência de dívidas acumuladas pelo Estado, hipotecou o Rio Negro ao Banco da República do Brasil em 10 de agosto de 1903.

O hábito de veraneiar em Petrópolis, inaugurado pelo Império, criou suas raízes na sociedade política e permaneceu mesmo após a proclamação da República, em 1889. Os presidentes republicanos, portanto, também se refugiavam na serra para fugir do calor canicular do Rio de Janeiro. Não havia, porém, à semelhança do Palácio de verão do Imperador, um prédio capaz de acomodar os futuros presidentes. Assim, o recém hipotecado Palácio Rio Negro se transformaria na residência de verão dos presidentes da República, abrigando, já no verão de 1903/1904, o presidente Rodrigues Alves. Desde então, dezesseis líderes da nação usufruíram das acomodações do Palácio: Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Washington Luís, Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Café Filho, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Costa e Silva, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

A transferência da capital para Brasília tornou pouco prático o veraneio presidencial em Petrópolis, o que levou o então presidente Ernesto Geisel, em 1975, a designar o Palácio como sede da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada. Desta forma, o conjunto do Palácio Rio Negro funcionaria, doravante, como residência do comandante e sede do comando da referida Brigada. O Rio Negro ficou sob a tutela do Exército até dezembro de 1991. Já em 1992, o complexo do Palácio retornou para a administração do Estado do Rio de Janeiro e, neste mesmo ano, foi cedido à Prefeitura de Petrópolis. Em 11 de agosto de 1994, no governo de Itamar Franco, foi assinado o termo de cessão de uso do Palácio Rio Negro, sob a forma de utilização gratuita, onde ficou acordado que o concessionário, a Prefeitura Municipal de Petrópolis, instalaria no complexo arquitetônico do Palácio Rio Negro um centro cultural.

Em 1996, ano em que o Palácio Rio Negro completou 100 anos de história enquanto prédio público e palco de decisões políticas, o então presidente Fernando Henrique Cardoso retomou a tradição do uso presidencial do Palácio. Fernando Henrique Cardoso se hospedou no Palácio, devolvendo a este prédio a glória e importância dos anos de outrora. Em 2005, o complexo do Rio Negro retornou à administração da União Federal. Em 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva hospedou-se no Palácio.

2.2 – Histórico do Palacete Raul de Carvalho

O prazo onde se encontra o referido Palacete foi adquirido por Raul Gomes de Carvalho, filho mais velho do Barão do Rio negro, em 1891. No entanto, com a mudança da família para Paris, onde Raul se tornou sócio de seu pai na Cia. Café Carvalho, o Palacete foi vendido, juntamente com o Palácio Rio Negro, para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1896. Sob a tutela do Governo do Estado, o Palacete passou a abrigar o Tribunal da Relação.

Quando o Rio Negro se tornou residência de verão dos presidentes da República, o Palacete passou a hospedar as pessoas que trabalhavam no Palácio e que davam apoio ao funcionamento do mesmo. Anos depois, em 1941, sob o governo Vargas, o complexo do Rio Negro passaria por uma extensa reforma, que transformaria o Palacete Raul de Carvalho na secretaria de despachos da presidência, com salas específicas para reuniões ministeriais e audiências. Essa condição perdurou até a presença do presidente Costa e Silva no complexo do Rio Negro.

Após a saída da Brigada Militar, durante a administração da Prefeitura de Petrópolis, o Palacete foi utilizado como sede de órgãos do governo municipal até ser desocupado em 2005.

2.3 – Histórico do Chalé

O Chalé, cuja construção data de 1884, possui características arquitetônicas tipicamente petropolitanas, como evidenciam outras construções semelhantes na própria Av. Koeler. Pertencia a uma família de colonos alemães, e em seu frontespício pode ser vistas as iniciais de seu primeiro proprietário, Frederico Guilherme Lindscheid. O chalé costumava ser alugado para veraneio, tendo sido ocupado, em diversas ocasiões, pela família de Joaquim Nabuco. Situado no prazo de nº 159, sua história se funde com a do Palácio quando, em 1939, sob o Governo Vargas, a União Federal adquiriu o edifício da então proprietária, Lydia Lindscheid Kamp, para nele instalar a guarda da presidência.

2.4 – Histórico recente do Complexo Arquitetônico

Em 22 de novembro de 2005 deu-se o início do processo de transição da administração do Palácio Rio Negro pelo Município de Petrópolis para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ficando o seu Departamento de Museus responsável pelo Palácio.

Em 2006 o Escritório Técnico em Petrópolis do IPHAN passou a ocupar um prédio situado ao fundo do complexo arquitetônico.

Em junho de 2007, o Palácio Rio Negro passou a ser administrado pelo Museu da República, passando a ser uma unidade museológica a ele vinculada.

2.5 – O Museu Palácio Rio Negro e sua Trajetória Conceitual

Em abril de 2007, o Departamento de Museus do IPHAN (DEMU/IPHAN) redigiu um esboço do Plano Museológico do Museu Palácio Rio Negro, tendo sido proposto que o mesmo se tornasse o “MUSEU CASA DOS PRESIDENTES – PALÁCIO RIO NEGRO”.

Tal proposta não conseguiu ser desenvolvida de imediato pela falta de profissionais no Museu. Mas logo em junho de 2007, quando a nova direção do Museu da República tomou posse e foi informada da passagem do Palácio Rio Negro para sua administração e da proposta conceitual acima referida, a mesma ponderou que já trazia esta proposta, como um projeto a ser desenvolvido pelo Museu da República. O que não impedia a participação do Museu Palácio Rio Negro, mas sem tal denominação para ele. Já em 2008 o Museu da República realizou o I Encontro de Museus Casas e Memória de Presidentes da República. Um projeto sobre o tema, em anexo, será desenvolvido pelos Museus da República e Palácio Rio Negro.

Uma decisão fundamental em relação ao Museu Palácio Rio Negro é a de que o Palácio continuará hospedando os Presidentes da República, como aconteceu com a vinda dos presidentes Fernando Henrique Cardoso nos anos 90, e em 2008, o presidente Lula.

Esta decisão leva a uma outra: o Museu Palácio Rio Negro deverá possuir uma exposição de longa duração que conte a sua história de ocupação, mas que possa ser rapidamente desmontada, dando lugar à colocação de mesas e sofás, quando o Presidente da República manifestar seu desejo de ocupá-lo. Tal exposição ocupará o primeiro piso. O segundo piso será sempre mantido como quartos, com as mobílias próprias.

3 – O Museu Palácio Rio Negro e sua Missão

Em 2007, diretores e profissionais dos Museus do DEMU/IPHAN, hoje IBRAM, reuniram-se em Brasília e, entre outras atividades, definiram a Missão dos Museus vinculados ao DEMU/IPHAN/Ministério da Cultura. Assim, foi com base nessa definição que foi formulada a Missão do Museu Palácio Rio Negro, a mesma do Museu da República:

“Contribuir para o desenvolvimento sociocultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano, material e imaterial, para a sociedade brasileira, visando à valorização da dignidade humana, à cidadania, à universalidade do acesso e o respeito à diversidade.”

4 – OS OBJETIVOS DO MUSEU PALÁCIO RIO NEGRO

4.1 – Objetivo Geral

- Pesquisar, preservar e comunicar o patrimônio cultural republicano, material e imaterial, em todas as suas manifestações.

4.2 – Objetivos Específicos

- Promover a reflexão crítica sobre a República;
- Proporcionar múltiplas visões do processo histórico republicano, através de ações educativas e culturais;
- Implantar uma Rede de Interação com Museus-Casas e Memoriais de Presidentes da República;
- Contribuir para o restabelecimento do *site* www.republicaonline.org.br em sua totalidade para fortalecer o Centro de Referência da História Republicana Brasileira;
- Incentivar o fortalecimento da cidadania;
- Trabalhar temas transversais, inerentes aos direitos humanos e cidadania, como acesso ao trabalho, políticas públicas de inclusão, liberdade religiosa, racismo, preconceitos, laicidade pública, igualdade, exclusão, gênero, etnias etc;
- Promover acessibilidade total aos espaços físicos do Palácio Rio Negro, externos e internos, com direito à livre circulação e comunicação, respeitando as normas técnicas da ABNT, em parcerias com as entidades e serviços existentes em nível federal, estadual e municipal;
- Implantar uma Rede de Interação com diversas instituições afins, públicas e privadas;
- Estabelecer uma política de aquisição de acervo a partir de pesquisa, coleta e incentivo a doações e empréstimos junto aos familiares de ex-presidentes da República;
- Formar Conselho Consultivo, com representações dos vários segmentos da sociedade civil organizada, conforme definido no Regimento Interno do MR e respectivo organograma, a ser criado;
- Promover a formação de professores, através de Oficinas de Educação Patrimonial para trabalhar o Patrimônio Cultural Republicano;

- Inserir o MPRN nos roteiros de visitação turística e de lazer;
- Produzir publicações e materiais didáticos para formação e conscientização das novas gerações acerca dos postulados básicos da República.
- Promover a reflexão crítica sobre os presidentes da república no processo republicano e na trajetória do país no cenário internacional;
- Proporcionar múltiplas visões do processo histórico republicano e do papel do presidente da república, através de ações educativas e culturais;
- Trabalhar temas transversais, inerentes aos presidentes da república, como: memória e família, memória e trabalho etc;
- Implantar o Centro de Referência da República Brasileira ;
- Implantar o Centro de Memória Oral dos Presidentes;
- Formar Conselho Consultivo, com representações dos componentes da rede de centro de memória da república brasileira, conforme definido no Regimento Interno do MPRN e respectivo organograma, a ser criado;

5 – SOBRE A INSTITUCIONAL

Desde junho de 2007, o conjunto arquitetônico do Palácio Rio Negro é uma Unidade Museológica subordinada ao Museu da República, unidade museológica do IBRAM/MinC.

De acordo com o Art. 3º da Lei 11904, de 14/01/2009, que institui o Estatuto de Museus, “conforme as características e o desenvolvimento de cada museu, poderão existir filiais, seccionais e núcleos ou anexos das instituições” e o Parágrafo único item I diz que são definidos “como filial os museus dependentes de outros quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possuem plano museológico autônomo”. Assim, o **Museu Palácio Rio Negro é considerado como filial do Museu da República.**

a) Dispositivos institucionais de organização e gestão

Não possui Regimento Interno, Estatuto, ou qualquer dispositivo legal que organize seu funcionamento.

b) Organograma

Não possui organograma, tampouco cargos definidos para execução das suas atividades de gestão, pesquisa, preservação e divulgação dos acervos.

c) Quadro funcional

A força de trabalho do Museu é composta por 5(cinco) servidores públicos, 2(dois) estagiários, além dos serviços terceirizados de limpeza, segurança e jardinagem.

d) Participação em organizações nacionais e internacionais

A partir de 2009 o Museu passou a ser membro da Associação Brasileira de Museologia (ABM) e do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

e) Participação em redes temáticas nacionais e internacionais

Em 2008, o Museu da República realizou o I Encontro de Museus Casas e Memoriais de Presidentes da República, e propôs a criação de uma Rede Nacional em torno desse tema. O Museu Palácio Rio Negro participou do Encontro e faz parte da Rede.

f) Associação de Amigos

O Museu Palácio Rio Negro não possui Associação de Amigos. Aguarda a definição do IBRAM sobre o assunto para a criação da sua.

6 – ACERVO

O Museu Palácio Rio Negro não possui acervo próprio. O acervo lá existente reflete a trajetória de intervenções que o espaço sofreu ao longo do tempo: acervo pertencente ao Museu Imperial, ao Museu de História e de Artes do Estado do Rio de Janeiro, à Prefeitura Municipal de Petrópolis, e a particulares. A maior parte das peças do acervo pertence à Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e refere-se à adequação do espaço que foi feita para a estada do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O acervo que existia (atestado por diversas fotografias da época) durante o período em que o último presidente (Costa e Silva) ocupou o Palácio antes que a Brigada do Exército se instalasse no mesmo, encontra-se em local desconhecido. Não obstante, após algumas iniciativas da administração do Palácio, apoiadas por pesquisas do setor de história do mesmo, no sentido de localizar peças desse acervo, há indícios que ele poderia ser resgatado (ou

ao menos identificado e registrado), se realizadas gestões junto às instâncias superiores das instituições envolvidas (no caso, Ministério do Exército, etc.).

Acervo museológico - (cerca de) 3.400 peças

Acervo arquivístico - em formação (cópias de fotografias)

Acervo bibliográfico – em formação

a) Gestão e controle do acervo

Todos os objetos do acervo estão inventariados em papel, aguardando aplicativo para sua digitalização. Os Termos de Comodato estão sendo revistos e regularizados.

Alguns objetos do acervo poderiam ser motivo de gestão junto às instituições comodantes, tendo em vista a essencialidade de sua presença no Palácio para o seu funcionamento mínimo, bem como outras peças que possuem um laço intrínseco com o MPRN, como p.ex., as duas cadeiras do acervo original do Barão do Rio Negro e que hoje pertencem ao Museu Imperial.

Para que seja possível o uso, por parte do MPRN, do Banco de Dados da República, seria necessário estabelecer uma ligação informatizada direta entre o MPRN com aquele repositório de dados.

O Banco de Dados da República (BDR) foi criado, no ano de 2000, com a finalidade de elaborar uma base digital que reunisse e disponibilizasse toda a informação referente aos três tipos de acervo do Museu da República (Museológico, Bibliográfico e Arquivístico) de forma integrada, respeitando, entretanto, a particularidade técnica de cada um. Para isso, foi idealizado um sistema – a partir do software SQL Server (hoje na versão 7.0) – que garantiu a realização dos procedimentos técnicos adequados à realização de tal trabalho.

b) Armazenamento e conservação

Não existe reserva técnica ou espaços para tratamento do acervo museológico, tampouco equipamentos de controle e monitoramento climático.

Os três principais edifícios que compõem o complexo arquitetônico do Museu Palácio Rio Negro, Palácio, Palacete e Chalé necessitam de muita atenção com relação à sua restauração, de modo a que o Museu funcione de forma plena.

7 - EXPOSIÇÕES

O Museu Palácio Rio Negro ainda não possui uma exposição de longa duração que conte a sua história de ocupação e uso pelos presidentes da República. Os cômodos do Palácio são ocupados por móveis adquiridos pela FIRJAN por ocasião da estada do presidente Fernando Henrique Cardoso, e por objetos diversos como pinturas de presidentes da República, quadros, piano, esculturas.

O Palacete e o Chalé necessitam de obras para serem usados.

8 - ATIVIDADES EDUCATIVO – CULTURAIS

O Museu Palácio Rio Negro ainda não possui um Setor Educativo. Com o apoio da Fundação de Cultura da cidade de Petrópolis, abriu suas portas à visitação.

9 - PESQUISA

Em 2008 e 2009, o Museu Palácio Rio Negro conseguiu contratar, por serviços prestados e por um tempo determinado, um historiador para desenvolver pesquisa sobre a história do Palácio Rio Negro. Em 2010, o Museu recebeu um historiador para compor o seu quadro.